



# TERRITÓRIOS NEGROS NO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA-ES (1850-1876): PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE E SERVIÇOS FEMININOS

**EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS?”**

**PEDROSA, Kaira Bicalho**

Mestra em Arquitetura e Urbanismo;  
kaira.pedrosa@edu.ufes.br

**CAMPOS, Martha Machado**

Doutora em Comunicação e Semiótica; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo  
marthamcampos@hotmail.com

## RESUMO

O artigo aborda o conceito de território negro, vinculado às práticas de sociabilidades no denominado território de ocupação interacional, em Vitória (ES). Sob a perspectiva da história e de questões étnico-raciais, busca estimular discussões sobre o modo de percepção desses territórios nas histórias das cidades. A capital capixaba, de origem colonial portuguesa, assim como outras cidades brasileiras, resulta de uma sociedade hierarquizada e excludente, dependente da mão de obra escravizada, sustentada estruturalmente na economia escravista. O artigo abrange uma revisão bibliográfica prévia acerca do entendimento de território negro no Brasil, aborda as práticas de interação social da população negra no cotidiano da então vila colonial de Vitória, com ênfase na mulher negra escravizada e seu papel na sociedade escravocrata. Também aborda práticas comerciais e de serviços na área entre 1850 e 1876, onde os negros escravizados e libertos atuam cotidianamente nos espaços públicos devido aos distintos serviços prestados à sociedade da época. Nota-se, que embora haja avanços nas abordagens e estudos sobre os territórios negros nas cidades brasileiras, este campo ainda é muito incipiente. Assim, o artigo visa contribuir para o fortalecimento de pesquisas sobre o tema, com ênfase no campo da arquitetura e do urbanismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** territórios negros; sociabilidades; mulher negra; arquitetura e urbanismo; história.

## ABSTRACT

The article addresses the concept of black territories, linked to the practices of sociability in the so-called territory of interactional occupation in Vitória (ES). From the perspective of history and ethno-racial issues, it seeks to stimulate discussions about the perception of these territories in the histories of cities. The capital of Espírito Santo, with its Portuguese colonial origins, like other Brazilian cities, is the result of a hierarchical and exclusionary society dependent on enslaved labor and structurally sustained by the slave-based economy. The article includes a preliminary literature review on the understanding of black territories in Brazil, and it examines the social interaction practices of the black population in the daily life of the then colonial village of Vitória, with an emphasis on enslaved black women and their role in the slaveholding society. It also addresses commercial and service practices in the area between 1850 and 1876, where enslaved and freed blacks acted daily in public spaces due to the various services they provided to the society of that time. It is noted that, despite advances in approaches and studies on black territories in Brazilian cities, this field is still very incipient. Thus, the article aims to contribute to the strengthening of research on the subject, with an emphasis on the fields of architecture and urbanism.

**KEY-WORDS:** *black territories; sociability; black woman; architecture and urbanism; history*

## RESUMEN

El artículo aborda el concepto de territorio negro, vinculado a las prácticas de sociabilidad en el denominado territorio de ocupación interaccional, en Vitória (ES). Desde la perspectiva de la historia y de las cuestiones étnico-raciales, busca estimular discusiones sobre la percepción de estos territorios en las historias de las ciudades. La capital de Espírito Santo, de origen colonial portugués, al igual que otras ciudades brasileñas, resulta de una sociedad jerarquizada y excluyente, dependiente de la mano de obra esclavizada y estructuralmente sustentada por la economía esclavista. El artículo incluye una revisión bibliográfica preliminar sobre el entendimiento del territorio negro en Brasil, y aborda las prácticas de interacción social de la población negra en el cotidiano de la entonces villa colonial de Vitória, con énfasis en la mujer negra esclavizada y su papel en la sociedad esclavista. También aborda prácticas comerciales y de servicios en el área entre 1850 y 1876, donde los negros esclavizados y libertos actúan cotidianamente en los espacios públicos debido a los distintos servicios prestados a la sociedad de la época. Se nota que, aunque hay avances en los enfoques y estudios sobre los territorios negros en las ciudades brasileñas, este campo aún es muy incipiente. Así, el artículo busca contribuir al fortalecimiento de investigaciones sobre el tema, con énfasis en el campo de la arquitectura y el urbanismo.

**PALABRAS CLAVE:** *territorios negros; sociabilidades; mujer negra; arquitetura y urbanismo; historia..*

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A historiografia da escravidão no Brasil tem sido um campo de estudo expressivo, dada a importância do sistema escravista na formação da história brasileira. No entanto, na maioria das vezes, essa narrativa é contada a partir de uma perspectiva colonialista racial, que resulta em um processo de apagamento de representações, memórias e histórias de outros povos que não se alinham aos interesses perpetuados pelo colonialismo. Mais recentemente, na última década, o campo da arquitetura e urbanismo se detém em estudos sob a ótica decolonial (Pereira, Tavares e Helene, 2022).

Este artigo busca desvelar outras narrativas sobre o território negro na cidade escravista. Estudos de Ilka Boaventura Leite (1991) permitem compreender esses territórios a partir do protagonismo da população negra quando associado a locais de permanência. E ainda, que sejam distintos dos territórios de resistência propriamente dita, a exemplo das comunidades autônomas dos quilombos. Nesse sentido, a autora aborda dois tipos de territórios negros na cidade brasileira: o residencial e o interacional. Neste trabalho são abordados os “territórios interacionais” (Leite, 1991), devido sua característica principal de serem locais de troca e encontros, aonde ocorrem uma série de atividades, entre elas, a de comércio e serviço. Essas atividades quando tomadas como práticas de sociabilidades, configuram os denominados territórios de interação social da população negra, neste caso, da então Vila de Vitória do século XVIII.

Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, constitui o recorte físico territorial em estudo, a partir de uma abordagem histórica voltada para questões étnico-raciais e aspectos urbanos antes negligenciados. Ela não se difere de outras cidades brasileiras, sendo uma das mais antigas capitais do Brasil, e assim como demais cidades, encobre marcas da ocupação negra na construção de seu território. Portanto, de origem colonial portuguesa, a capital capixaba

---

<sup>1</sup> Este artigo integra pesquisa da dissertação de mestrado “Na cidade escravista: territórios negros no espaço urbano de Vitória-ES (1850-1876)”, concluída em 2023, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, de Kaira Bicalho Pedrosa, uma das autoras deste artigo, com orientação de Martha Machado Campos, também autora do mesmo.

deriva de uma sociedade hierarquizada e excludente, apoiada estruturalmente na economia escravista.

Neste contexto, o artigo contempla revisão bibliográfica sobre o entendimento de território negro no Brasil, tendo como propósito reconhecer lacunas em narrativas sobre as relações sociorraciais constitutivas dos territórios negros da capital Vitória. De modo complementar, busca pontuar o papel da mulher negra escravizada na formação desses territórios, em abordagem sobre suas práticas cotidianas de interação social.<sup>2</sup>

Versa ainda, sobre as práticas comerciais e de serviços, sobretudo as realizadas nos espaços urbanos durante o período entre 1850 e 1876. Os negros escravizados e libertos desempenham distintas funções nos estabelecimentos e espaços públicos da cidade naquele tempo.

A delimitação temporal se baseia inicialmente do argumento de Jesus (2009):

O ano de 1850 sinalizou, finalmente, um possível fim da escravidão no Brasil. O preço do escravo tornou-se elevado, dificultando ainda mais o acesso à mão-de-obra escrava. (...) as mudanças econômicas e o aumento populacional advindos da imigração e da produção do café (...) trouxeram grandes transformações para a Província do Espírito Santo (Almada, 1984, p. 64 -74 apud Jesus, 2009, p. 26 – 27).

O ano de 1876 demarca a finalização do período em estudo, por considerar a relevância dos dados contidos na publicação do Fundo de Emancipação no mesmo ano, que adveio da Lei do Ventre Livre.

As seções do artigo compõem, de início, o entendimento do conceito “território negro interacional” e seu vínculo com os serviços prestados pela população negra, esses por sua vez são tomados ainda como práticas de sociabilidades. Apresenta também a influência do serviço de aluguel nessas práticas, elencam os serviços com maior quantidade de negros escravizados, evidenciando aqueles que possuíam maior mobilidade dentro da cidade. Além disso, como dito, evidencia o papel da mulher negra cativa na sociedade escravocrata.

---

<sup>2</sup> Importante pontuar que embora a população negra no século XIX seja bastante diversa quanto à origem e etnia, as fontes mobilizadas para esta pesquisa não permitiram especificá-las. Ao utilizarmos aqui “população negra”, estamos considerando que esta é composta da diversidade e especificidades dos diferentes africanos e seus descendentes que habitavam o Brasil no período estudado.

É possível então, posteriormente, demarcar os lugares das atividades reconhecidas como práticas de sociabilidade, destacando as referências que conduziram à identificação desses lugares e à compreensão do conceito de “território negro”, tal como delineado previamente por Leite (1991), Rolnik (1989) e Vieira (2017). Assim como proposto por Bertin (2011), em estudos sobre sociabilidade da população negra na São Paulo do século XIX e Nogueira (2018) em Florianópolis.

Cabe também, alertar sobre a parcialidade deste artigo quando relativo ao papel da mulher negra cativa em suas atividades de serviço. Certamente tal abordagem demanda ainda pesquisas específicas mais refinadas. De todo modo, busca-se com este estudo, compreender parte das práticas de sociabilidades vivenciadas por essas mulheres, a partir da identificação de uma parcela dos territórios negros interacionais na cidade escravista de Vitória.

### **PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE E SERVIÇOS FEMININOS**

Em 1872, Vitória era o segundo município com maior população da província, com 16.157 habitantes, sendo 12.470 (77,2%) livres e 3.686 (22,8%) escravizados. Sua população constava com o maior número de escravizados inseridos nas atividades urbanas, e a concentração dessa população era a segunda maior da província (Brasil, 1872). Cercada por fazendas de algodão, milho, cana e outros, a Vila de Vitória contava com diversos trabalhadores especializados, sendo muitos deles escravizados, os quais exerciam as mais diversas funções.

Apesar do setor agrícola concentrar a maior quantidade da população negra escravizada da província, era recorrente e comum a participação dessa população nos serviços urbanos e domésticos. Segundo o Recenseamento de 1872, as profissões agrícolas – em particular dos lavradores – e os serviços domésticos eram, respectivamente, as profissões que mais concentravam trabalhadores, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1: Principais profissões do município de Vitória 1872.**

Recenseamento da Pop. Do Império 1872		LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Profissões liberais, industriaes e commerciaes	Seculares (religiosos);Homens e mulheres (relig. Regular); Juizes; Advogados; Notários e escrivães; Procuradores; Oficiais de justiça; Médicos; Cirurgiões; Farmacêuticos; Parteiros; Professores homens de letras; Empregados públicos; Artistas; Manufatureiros e fabricantes; Comerciantes, guarda-livros e caixeiros (PROFISSÕES COM APENAS PESSOAS LIVRES)					
Outras ocupações	Militares	147	0	0	0	147
	Marítimos	71	0	15	0	86
	Pescadores	56	0	11	0	67
	Capitalistas e proprietários	17	8	0	0	25
	Criados e jornaleiros	310	17	97	0	424
	Serviço doméstico	0	1202	62	611	1875
Profissões Agrícolas	Lavradores	1628	284	347	371	2630
	Criadores	0	0	0	0	0
Profissões manuaes ou mecanicas	Costureiras	0	1046	0	38	1084
	Canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros	6	0	0	0	6
	em metais	36	0	3	0	39
	em madeiras	67	0	15	0	82
	em tecidos	11	417	0	51	479
	de edificações	47	0	26	0	73
	em couros e peles	10	0	2	0	12
	em tinturaria	0	0	0	0	0
	de vestuários	47	0	8	0	55
	de chapéus	0	0	0	0	0
	de calçado	30	0	7	0	37

Fonte: adaptado de JESUS (2009) e do Recenseamento Geral do Império do Brasil, de 1872, organizado por CEDEPLAR (2012).<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>>

Como antevisto, na paróquia de Vitória, as profissões que mais concentravam trabalhadores eram as de serviço doméstico, com 437 trabalhadores livres e 326 escravizados, e os serviços agrícolas, com 50 trabalhadores livres e 218 escravizados (Quadro 2).

**Quadro 2: Principais profissões na “Paróchia de Victoria” 1872.**

Recenseamento da Pop. Do Império 1872		LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Profissões liberais, industriais e comerciais	Seculares (religiosos); Homens e mulheres (relig. Regular); Juizes; Advogados; Notários e escrivães; Procuradores; Oficiais de justiça; Médicos; Cirurgiões; Farmacêuticos; Parteiros; Professores homens de letras; Empregados públicos; Artistas; Manufatureiros e fabricantes; Comerciantes, guarda-livros e caixeiros <b>(PROFISSÕES COM APENAS PESSOAS LIVRES)</b>					
Outras ocupações	Militares	147	0	0	0	147
	Marítimos	71	0	15	0	86
	Pescadores	50	0	11	0	61
	Capitalistas e proprietários	15	8	0	0	23
	Criados e jornaleiros	29	5	69	0	103
	Serviço doméstico	0	437	32	294	763
Profissões Agrícolas	Lavadores	33	17	55	163	268
	Criadores	0	0	0	0	0
Profissões manuais ou mecânicas	Costureiras	0	228	0	17	245
	Canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros	6	0	0	0	6
	em metais	24	0	2	0	26
	em madeiras	41	0	6	0	47
	em tecidos	4	86	0	18	108
	de edificações	38	0	21	0	59
	em couros e peles	10	0	2	0	12
	em tinturaria	0	0	0	0	0
	de vestuários	39	0	5	0	44
	de chapéus	0	0	0	0	0
	de calçado	29	0	7	0	36

Fonte: adaptado de JESUS (2009) e do Recenseamento Geral do Império do Brasil, de 1872, organizado por CEDEPLAR (2012).

Nota-se no Quadro 2, que os negros escravizados estavam em maior número nas atividades dos serviços domésticos e nas atividades agrícolas, respectivamente, 326 escravizados e 218 escravizados. Em conjunto com os dados obtidos no Recenseamento de 1872 e o Fundo de Emancipação de 1876, que permitem identificar os serviços prestados de acordo com gênero, são evidentes as diferenças em número e tipos de ocupação entre os serviços prestados por homens e mulheres negras escravizadas, tal como exposto no Quadro 3. E ainda na mesma tabela, observa-se que alguns serviços eram praticados apenas por mulheres negras cativas. Contudo, quando partilhado com os homens, os serviços domésticos eram em sua maioria praticados por mulheres negras.

**Quadro 3: Ocupação e sexo do cativo em 1876: gênero e trabalho, o relegado feminino.**

<i>Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação 1876</i>		ESCRAVOS		TOTAL
		Mulher	Homem	
Ocupação do escravo	Lavoura	971	1099	2070
	Cozinheira (o)	102	14	116
	Jornaleira (o)	3	22	25
	Carpinteiro	0	26	26
	Costureira (o)	38	1	39
	Seleiro	0	1	1
	Sapateiro	0	1	1
	Pedreiro	0	27	27
	Doméstica	13	5	18
	Alfaiate	0	9	9
	Copeiro	3	10	13
Ocupação do escravo	Engomadeira	12	0	12
	Lavadeira	21	0	21
	Padeiro	0	2	2
	Ferreiro	0	1	1
	Teceloa (ão)	3	2	5
	Marítimo	0	7	7
	Pescador	0	1	1
	Nada consta 0-12	243	269	513
	Nada consta 41-100	1	1	2



**Fonte: adaptado de JESUS (2009) e do 1º Livro de Classificação dos Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação (PMV, 1876), grifo nosso.<sup>4</sup>**

Refletir sobre a feminilidade negra em relação ao trabalho – seja ele manual ou intelectual – exige vincular toda e qualquer análise a elementos que possam questionar o totalitarismo presente na abordagem de diversas questões, incluindo as exclusões socioeconômicas, de gênero e étnico-raciais, assevera Nunes (2014).

Para a professora e feminista Bell Hooks (2014):

O sexismo era uma parte integral da ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram das suas terras da Europa e teve um impacto grave no destino das mulheres negras escravizadas. Nos seus estados iniciais, o negócio da escravatura focou-se primeiramente na importância dos trabalhadores; a ênfase nesse tempo era sobre o homem negro. Nesse tempo a mulher negra escrava não era valiosa como o homem negro. Em média, custava mais dinheiro comprar um homem escravo que uma mulher escrava (Hooks, 2014, p.14).

A especificidade da mulher negra escravizada a conduz a posição de objeto e a “objetificação do corpo negro feminino o coloca enquanto território a ser colonizado, domado e sempre pronto a servir, seja no trabalho braçal, seja sexualmente” (REZENDE e TÁRREGA, 2021, p. 230). Além de representar força de trabalho para o colonizador branco, o corpo da mulher negra era colocado num conjunto complexo de opressões e violências.

O corpo da mulher negra está associado aos trabalhos domésticos desde o início do processo de colonização, essa afirmação é confirmada pelos dados do 1º Livro de Classificação de Escravos a serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1876, conforme ilustrado no quadro 3. Os dados de 1876 evidenciam que certos serviços tinham um gênero predominante. Observa-se que os serviços de cozinheira, costureira, doméstica, engomadeira, lavadeira e tecelã são predominantemente, ou até exclusivamente, femininos. Essas ocupações mantinham as mulheres negras escravizadas sob constante vigilância, pois eram, em sua maioria, realizadas nas residências.

Para Hooks (2014):

---

<sup>4</sup> Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

Desde que os escravagistas observaram a mulher negra como uma cozinheira vendável, ama-seca, empregada doméstica, era crucial que ela fosse tão exaustivamente aterrorizada que se submeteria passivamente à vontade do dono branco, da dona, e dos seus filhos. Para fazer o seu produto vendável, o escravagista tinha de garantir que nenhuma serva mulher negra rebelde iria envenenar a família, matar as crianças, incendiar a casa, ou resistir sob qualquer forma. A única garantia que ele podia prover era baseada na sua capacidade de domesticar o escravo. Sem dúvida, a experiência do navio negreiro teve um tremendo impacto psicológico na alma das mulheres e homens negros. Tão horrorosa foi a passagem da África para a América que essas mulheres e esses homens apenas conseguiram manter a vontade de viver, apesar das suas condições opressivas de sobrevivência (Hooks, 2014, p. 19).

Sobre o papel da ama de leite das mulheres negras, Charles Expily (1852, *apud* Silva, 2004) destaca novamente sua importância para a sociedade escravocrata ao dizer que:

[...] Uma ama de leite é alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou mucama. Para que dê honra e lucro, colocado numa boa casa, o senhor, durante a gravidez, lhe reserva trabalhos mais leves... Entre os comerciantes da cidade é questão de amor-próprio ter uma ama de leite que ostente um luxo insolente. O luxo da ama exprime a proteção da casa, a menos que sirva para tornar pública a verdadeira situação econômica... A cozinheira, a mucama, a engomadeira a obedecem e a própria senhora, muitas vezes fica sob suas ordens. É preciso evitar que se zangue. Uma indisposição, um simples mal estar tornam-se desgraças desejadas, pois podem influenciar na qualidade do leite [...] (Silva, 2014, s/p).

Para W. Heine (1855, *apud* Silva, 2004) o papel da mulher negra escravizada como ama de leite era tão importante a ponto do autor relaciona-las com as taxas de mortalidade, ao dizer que de “536 crianças que foram recebidas no ano de 1852, morreram 407. Atribui-se essa mortalidade terrível a circunstâncias de não haver senão uma ama-de-leite para três ou quatro crianças” (Heine 1855, *apud* Silva, s/p). Ou seja, as amas de leite eram culpadas pela qualidade do leite e até pela mortalidade das crianças que, pelo relato, eram muitas para uma única ama de leite. A culpabilidade apresentada por W. Heine (1855) corrobora com a discussão de Hooks (2014), na qual a autora relata que o terror psíquico e a violência sofrida pelos homens e mulheres negras, neste caso principalmente pelas mulheres, eram apenas as primeiras etapas de opressão para tentar destituir qualquer traço de dignidade humana. E uma vez desumanizadas, era, portanto, factível colocar as pessoas negras na condição de produtos.

É nesse contexto que se discute a influência do aluguel de escravizados, prática comercial muito comum no período escravocrata. Em Vitória, a prática de "aluguel" pode ser identificada nos periódicos publicados na época. Exemplos disso são as menções dos anos de 1857 e 1859

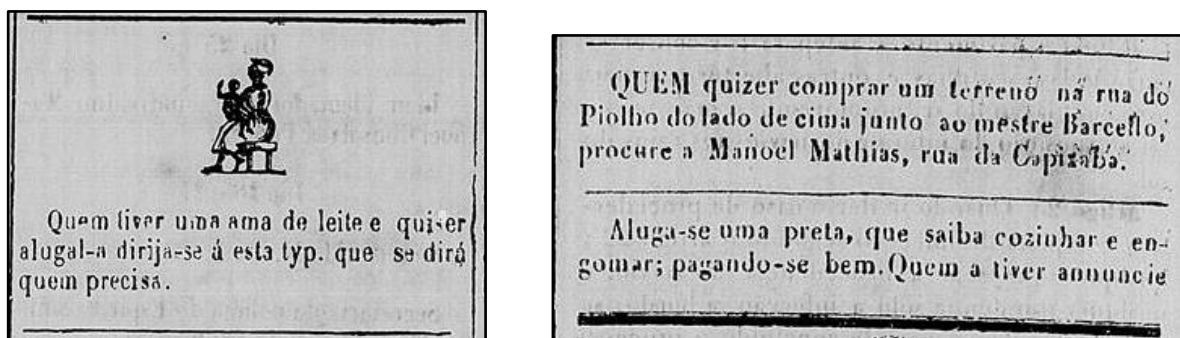
no jornal Correio da Victoria, que apresentam trechos de divulgação de aluguel para serviços da casa:

Aluga-se escrava boa cosinheira, engomadeira, costureira e lavadeira quem d'ella necessitar dirija-se a José Alvarenga Rangel para tratar (Correio da Victoria, 1857, p. 4).

Escravas para alugar, o abaixo assignado aluga escravas para serviço interno de qualquer casa. Manoel Pinto (Correio da Victoria, 1859, p. 4).

É perceptível a procura por serviços especializados, tais como os trechos da seção de anúncios de aluguéis da Figura 1, sobre a procura por serviços específicos praticados por mulheres negras escravizadas:

**Figura 1: Notícias de aluguel de mulheres negras escravizadas.**



**Fonte: Correio da Victoria, respectivamente (1869 e 1855).**

Os anúncios acima confirmam relatos sobre os serviços prestados pelas mulheres negras cativas. O serviço de lavadeira, por exemplo, era um dos trabalhos prestados que mais proporcionavam a circulação na cidade e, conseqüentemente, mais sociabilidades para as mulheres negras escravizadas na cidade de Vitória. E ainda assim, se comparado aos diversos serviços que os homens negros escravizados exerciam, as limitações de encontros para as mulheres ficavam a cargo dos serviços domésticos, diferentemente dos serviços dos homens.

Cabe pontuar que a população negra escravizada vivenciava uma relativa liberdade na prática de socialização por meio da prestação de serviços. A expressão liberdade não está relacionada ao seu entendimento *stricto sensu*, uma vez que, nesse sentido, autoriza escolhas, vontades, autonomia, entre outras possibilidades. Evidentemente, no período escravocrata, a liberdade

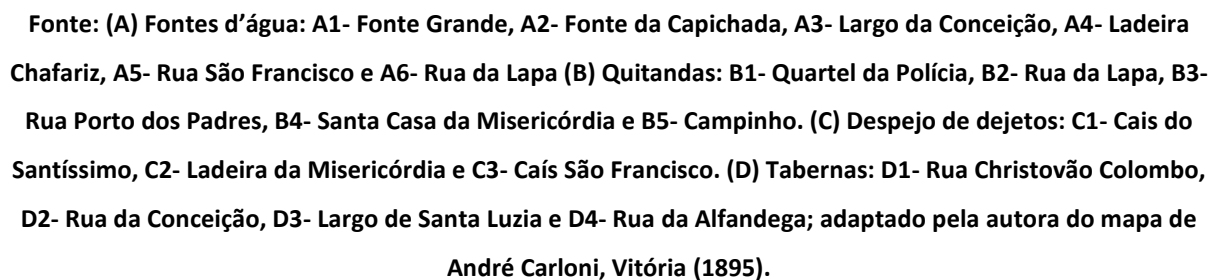
da população negra cativa estava relacionada a uma mobilidade e circulação com menos controle, resultante de trabalhos que não possuíam feitores ou senhores vigiando a todo tempo, portanto, uma relativa liberdade pautada na vigilância constante e não absoluta.

Neste mesmo sentido, Sidney Chalhoub (2011) e Aloiza Jesus (2009), trazem o exemplo das lavadeiras, que necessitavam circular pelas cidades para a lavagem das roupas nas fontes públicas. Ainda de acordo com Jesus (2009), essa mobilidade espacial na cidade oferecia “condições para o cativo amealhar economias, comprar sua alforria e permanecer, constantemente, em contato com outros grupos sociais” (Jesus, 2009, p.24). Portanto, para realização dos serviços de lavagem de roupa, as lavadeiras circulavam por distintas localidades na cidade de Vitória. A partir disso, pode-se identificar alguns pontos d’água públicos - chafarizes, fontes e aquedutos - que abasteciam a cidade de Vitória, no século XIX, tais como o da: Fonte Grande, Ladeira Chafariz, Fonte da Capichaba, Rua São Francisco, da Lapa e Largo da Conceição.<sup>5</sup> Esses pontos são destacados na cor azul do mapa que segue:

**Mapa 1: Territórios interacionais como práticas de sociabilidade nos serviços 1850 a 1876.**

---

<sup>5</sup> As fontes d’água foram identificadas em três obras e reunidas na figura 1, sendo essas: Caus, 2012; Bastos, 2009 e Elton, 1986 e 1987. Elmo Elton (1986 e 1987) e Caus (2012) estão em concordância em relação as seguintes fontes: Fonte Grande, da Capichaba, da Lapa, da Ladeira Chafariz e São Francisco. O chafariz do Largo da Conceição é mencionado por Elton como um chafariz de duas torneiras próprias para uso doméstico desde os meados de 1860 (Elton, 1999, p.72 apud Bastos, 2009, p.153).



O Mapa 1 permite espacializar os territórios negros interacionais fixos, quando tomados como lugares de práticas de sociabilidades na prestação de serviços da população negra escravizada. Os territórios negros identificados no Mapa 1 demarcam outros territórios interacionais além das fontes d'água, a exemplo de quitandas, tabernas e pontos de despejo de dejetos, evidenciando uma abrangência maior na identificação e caracterização desses territórios. São eles, entre outros lugares de encontro e permanência da população negra, que agenciam algumas das práticas de sociabilidades da mulher negra escravizada, seja na rua, seja no cais ou na fonte d'água. De fato, há registros que documentam as sociabilidades nesses locais, tendo em vista relatos de incômodo e queixas da população livre da época, devido ao que denominavam de muita “liberdade” da população negra cativa durante esses encontros.

Segundo Leite (1991), os territórios de ocupação interacional têm a troca como característica principal. A construção desses não se baseia em laços consanguíneos, sendo permeada por códigos simbólicos de pertencimento. São definidos como locais de permanência, ocupação e utilização do espaço urbano fixo ou não.

Os espaços identificados como territórios negros interacionais não estão restritos à localização geográfica, porque o deslocamento diário da população negra entre os espaços urbanos (de ruas, becos, escadarias, largos, ruelas e calçadas), nos espaços naturais (maciço central, sistemas hídricos de rios, córregos e mar) e os espaços religiosos (Igreja do Rosário, de São Gonçalo e da Conceição) proporcionavam encontros e sociabilidades (PEDROSA, 2023, p. 112).

É importante reforçar que os espaços identificados no Mapa 1 não podem ser restritos apenas aos serviços, uma vez que, como exposto, sua caracterização como território negro parte das práticas de sociabilidades.

Apesar da sociabilidade da mulher negra escravizada ser preponderantemente restrita aos serviços internos, sobretudo domésticos, tem-se a hipótese de que essas mulheres praticam mais sociabilidades que os homens na mesma condição. Os tipos de serviços voltados ao gênero feminino que demandam rotatividade, tal como constatado nos anúncios de aluguéis, eram mais altos que as demandas por trabalhos masculinos. De todo modo, as práticas de sociabilidades agenciadas pelo transitar nas ruas, nas fontes e no comércio certamente potencializavam o fortalecimento dos vínculos sociais entre as pessoas negras escravizadas.

O papel da mulher negra escravizada durante o período em estudo ultrapassa a abordagem deste artigo. Estudos sobre a mulher negra cativa e suas complexidades exige um universo ampliado de pesquisas relativas ao tema. Contudo, o modelo violento em que o corpo feminino negro escravizado está inserido na sociedade escravocrata, irrompe de modo contundente neste trabalho.

## **MAPEANDO ESPAÇOS: TERRITÓRIOS NEGROS DE VITÓRIA- ES**

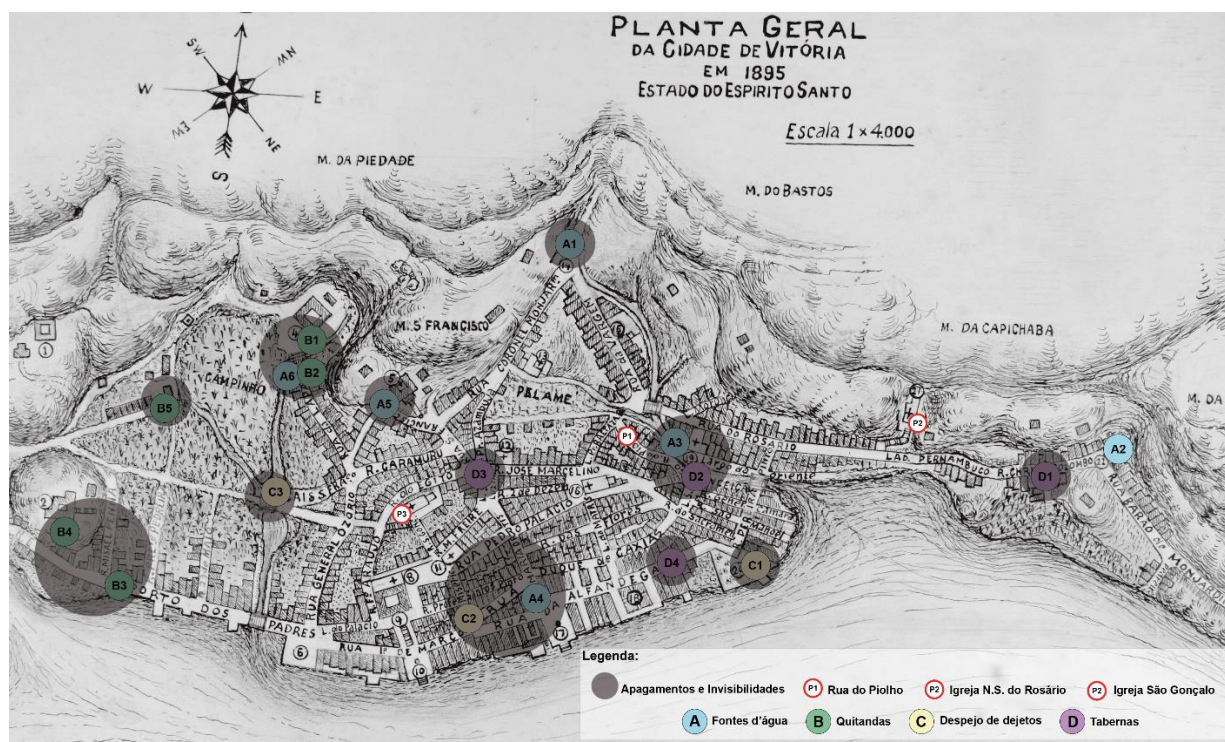


Em um primeiro momento, este artigo expõe os territórios negros no espaço urbano de Vitória-ES, identificados pelas sociabilidades nos serviços das escravizadas, com base na definição de “territórios interacionais” de Ilka Leite (1991).

Os espaços identificados no Mapa 1 apresentam os territórios negros no geral, independente do sexo, evidenciando os territórios com quantidade maior de presença da mulher negra escravizada. Importante salientar que todos os territórios identificados partem da mesma premissa de entendimento acerca do território negro.

É possível perceber que em meados do século XIX há diversos territórios negros que compõem a vida cotidiana da cidade, sendo atividades fundamentais para seu funcionamento.

**Mapa 2: Apagamentos, invisibilidades e reminiscências dos territórios negros interacionais 1850 a 1876.**



**Fonte: P1 - Rua do Piolho, P2 - Igreja Nossa Senhora do Rosário, P3 – Igreja São Gonçalo, adaptado pela autora do mapa de André Carloni, Vitória (1895).**

Nota-se um expressivo apagamento dos territórios negros anteriormente identificados no espaço urbano de Vitória (Mapa 2). Com o tempo, esses territórios passam por apagamentos

e invisibilidades devido, sobretudo, as remodelações urbanas promovidas pelo poder público em políticas higienistas. Espaços de quitandas (rua da Lapa, quartel da polícia, rua Porto dos Padres, Santa casa da Misericórdia e campinho), tabernas (rua Christovão Colombo, rua da Conceição, Largo de Santa Luzia e rua da Alfândega), fontes d'água (Fonte Grande, Largo da Conceição, ladeira Chafariz, rua São Francisco e rua da Lapa), de despejos (Cais do Santíssimo, ladeira da Misericórdia e cais São Francisco), e Igreja Nossa Senhora da Conceição, bem como o Largo da Conceição, são alguns espaços identificados no mesmo mapa e apagados do núcleo urbano ao longo do tempo. Esses territórios passam por mudanças de funcionalidades, com adequações as demandas sócioeconômicas e espaciais de cada época.

Deste modo, os mesmos territórios passam de uma maneira ou outra, por mudanças no decorrer do tempo, uma vez que estão relacionados ao trabalho, com ênfase nos serviços. Depois do fim do período escravocrata, podem ser identificados em outras localidades e de outras maneiras, não deixando de coexistir no espaço- tempo do espaço urbano de Vitória, e sim mudando de localidade e função.

E ainda, outros espaços tais como Igreja Nossa Senhora do Rosário, Rua Treze de Maio (antiga Rua do Piolho), Chafariz da Esplanada (Capichaba), Igreja São Gonçalo e Procissão de São Benedito permanecem como reminiscências desses territórios. Contudo, em sua maioria, devido aos processos de apagamentos e invisibilidades não são associados como antigos territórios da população negra.

Neste sentido, é importante pontuar, que os territórios negros identificados constituem espaços de sociabilidades, trocas, significados e vivências, indo além do espaço físico e suas determinações funcionais. A população negra escravizada encontra um meio de criar e reforçar relações sociais nos serviços praticados na época, que configuram os territórios negros a partir da funcionalidade, seja na habitação, seja no serviço, seja no lazer e na religiosidade.

Os espaços identificados nos Mapas 1 e 2, são somente alguns dos territórios negros reconhecidos na cidade de Vitória. O entendimento acerca do conceito território negro, inclusive, é amplo e discutido em distintas disciplinas. Assim, os territórios negros não estão



restritos aos espaços identificados no presente artigo, pelo contrário, estão ausentes desta abordagem os espaços dos portos, cais, terreiros, mercado, citando alguns. Neste recorte em particular, volta-se para as práticas comerciais e de serviços praticados principalmente pelas mulheres negras cativas.

Cabe ainda perguntar, por exemplo, acerca do impacto desses apagamentos territoriais para a mulher negra cativa. No Mapa 1, podê-se identificar que os territórios com maior presença da mulher negra escravizada estavam vinculados, em sua maioria, aos trabalhos domésticos, de lavadeira, cozinheira, engomadeira, entre outros, e no Mapa 2, muitos dos espaços aonde esses trabalhos eram realizados - fontes d'água, quitandas, tabernas e etc – foram completamente apagados.

## CONCLUSÃO

Ainda são poucas as narrativas e historiografias locais sobre os territórios negros da cidade de Vitória. Entre os fatores que contribuem para isso, destaca-se o colonialismo e sua perspectiva histórica, pautada em um sistema interétnico etnocêntrico, com ausência de registros oficiais, ocultamento de saberes, e sobretudo, na supressão de memórias e histórias de outros povos.

O artigo ressignifica espaços antes ignorados, esquecidos, isolados e apagados, identificados como territórios negros interacionais, a partir da sociabilidade que engendram pela vivência da população negra em atividades de serviços, bem como compreende, em parte, o papel da mulher negra escravizada na construção da sociedade escravocrata.

Nas palavras de Linda Brent (*apud* Hooks, 2014, p.19) sobre sua consciência do dilema da mulher negra, se lê: “A escravatura foi terrível para os homens; mas foi muito mais terrível para as mulheres. Superando a opressão comum a todos, elas tinham danos, sofrimentos, e mortificações peculiarmente próprias”.

Como dito, não existe um consenso em relação a definição de território negro, portanto, os territórios identificados no trabalho não se resumem aos serviços, são espaços de trocas e encontros de toda uma população subjugada. Além disso, não se deve restringir os territórios

negros da cidade de Vitória somente aos territórios apresentados. Conclui-se que há outros territórios e territorialidades negras no mesmo período, também relacionados com práticas de sociabilidades e serviços, com especificidades devido sua formação, demarcação e uso.

A despeito dos apagamentos territoriais citados, é possível que alguns dos espaços identificados estavam suscetíveis ao desaparecimento, por serem espaços transitórios e mutáveis, relacionados as trocas e encontros do período em estudo. Assim, poderiam ser modificados ao longo do tempo, visto que estavam associados aos serviços prestados à época. Ou seja, as intervenções e mudanças ocorridas na cidade de Vitória fizeram com que os territórios negros passassem a ser identificados em outras localidades, isto é, nunca deixando de coexistir.

Deste modo, o presente artigo busca contribuir com o entendimento teórico e histórico sobre os territórios negros em Vitória, de modo geral, e sobre os serviços praticados pelas mulheres negras cativas, em particular. Intenciona ainda, compreender de que modo as práticas de sociabilidades permitem reconhecer mecanismos de identificação dos territórios negros e situar o papel da mulher negra escravizada neste processo.

Conclui-se que territórios reconhecidos são espaços urbanos configurados em estruturas físicas, utilizados e apropriados por pessoas negras e permitem o seu mapeamento, tanto no passado como nas reminiscências do presente. E ainda, são muito mais do que isso, são espaços de encontro e sociabilidades, que revelam outra experiência cotidiana da vida da população negra escravizada ou livre.

Por sua vez, essas mesmas experiências cotidianas são suprimidas das narrativas históricas colonialistas. É indubitável que são espaços que reavivam tensões e violências, mas quando tomados como territórios negros são passíveis de ressignificações a partir de outras relações que neles se estabelecem, não sendo somente um espaço físico funcional para o trabalho.

Cabe reafirmar para fins de conclusão, que os territórios interacionais abordados estão vinculados a população negra escravizada e livre em geral, e não somente ao uso e sociabilidade da mulher negra escravizada. Enfim, são territórios marcados pela troca,

ocupação e encontros, e tal como citado, são reconhecidos pela ocupação de permanência. No entanto, foi possível distinguir como alguns espaços estavam mais restritos ao gênero de quem exercia a função. Ainda que as práticas de serviço tenham sido os objetos chaves para a identificação desses territórios e na discussão de gênero no serviço escravocrata, ainda se faz necessário avançar em estudos sobre o protagonismo e a socialização das pessoas negras escravizadas nos territórios identificados na cidade escravocrata de Vitória do século XVIII.

Conclui-se que os apontamentos das autoras Ilka Leite (1991), Daniele Vieira (2017) e Raquel Rolnik (1989) mencionados desde a introdução deste artigo, expressam o potencial contido em abordagens relativas à identificação de tipos de territórios negros não vinculados somente a dimensão de resistência, mas sim na sua expansão sob a ótica do cotidiano e na presença da população negra nas cidades brasileiras. De tal modo, quitandas, fontes, ruas, tabernas e locais de despejo de dejetos coexistiam como lugares de práticas socialização na então Vila de Vitória.

Por fim, quando situado na história da cidade e urbanismo, o conteúdo desta abordagem pode ser narrado por meio dos processos de urbanização e modernização advindos das pautas da história moderna ou pela reversão dos seus marcos regulatórios, qual seja: pela privação, apropriação, destruição, esquecimento, supressão, expropriação e violência. Para todos os efeitos, o propósito deste trabalho foi recusar – ou ao menos recuar - os padrões normalizados das narrativas colonialistas e exercitar sua desativação, tornando legível outras narrativas.

Importante finalizar com o alerta de Ariella Aïsha Azoulay (2024) sobre os riscos das pesquisas com manipulação de documentos históricos em arquivos, ao considerar que esses são institucionalizados como expedientes aparentemente neutros. Mas, de fato, os arquivos são dotados de violência e não de neutralidade e com isso separam “o passado e o presente, história e política” (Azoulay, 2024, p.71).

## REFERÊNCIAS

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Periódico Jornalístico: **Correio da Victoria, 21 de abril de 1858, p.4**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

Arquivo Geral do Município de Vitória. **Ofício remetido à Câmara Municipal de Victoria em 28 de novembro de 1867, pelo Fiscal da Câmara Manoel Pinto Aleixo.**

AZOULAY, Ariella Aisha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. São Paulo: Ubu Editoria, 2024.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, Vitória, 2009.

BERTIN, Enidelce. **Sociabilidade negra na São Paulo do séc. XIX**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, [S. l.], v. 23, n. 1, 2011. DOI: 10.14393/cdhis.v23i1.7720. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7720>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Biblioteca do IBGE: **Recenseamento Geral do Brasil, 1872**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00031, p. 4, 18 de abr. 1857**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00008, p. 4, 26 de jan. 1859**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00081, p. 4, 01 de jul. 1869**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00073, p. 4, 19 de set. 1855**. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 17 de fev. 2023.

CAUS, Carlos Luiz. **Das Fontes e Chafarizes às águas limpas: Evolução do saneamento no Espírito Santo**. Cesan. Vitória, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Editora Companhia das Letras, 2011.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

\_\_\_\_\_. **Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 1ª ed. Tradução livre para a Plataforma Gueto, janeiro 2014.

IPHAN, **Exposição de desenhos de André Carloni alia arte a patrimônio cultural**. Portal IPHAN, 2017. Disponível em: Acesso em: 30 de mai. de 2022.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)**. Dissertação (Mestrado em História Social) PPGHISUFES. Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. **Território negro em área urbana e rural – algumas questões**. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.) Terras e Territórios Negros no Brasil, Textos e debates. Núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas, p. 39-46, 1991.

**Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação**. Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão et al. **Territórios negros em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

NUNES, Georgina Helena Lima. **Mulheres negras e quilombolas: trabalho, resistência e identidades na diáspora afro-brasileira**. In: ALVES, Natália; RUMMERT, Sonia Maria; MARQUES, Marcelo. Educação e Formação de Jovens e Adultos em Portugal e no Brasil: Políticas, Práticas e Atores. 1ª ed. P. 157- 171. Portugal, 2014.

PEDROSA, Kaira Bicalho. **Na cidade escravista: territórios negros no espaço urbano de Vitória-ES (1850 – 1876)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2023.

PEREIRA, Gabriela; TAVARES, Paulo; HELENE, Diana. **O olhar decolonial no campo da arquitetura e urbanismo: emergências atuais**. Publicado pelo canal aurbufal. 2020. Disponível em: <<https://www.bc.com/portuguese/brasil-50526902>>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

REZENDE, Damaris Tuzino de; TÁRREGA, Maria Cristina V. B. **Colonialidade do corpo feminino negro: trabalho reprodutivo no período escravocrata brasileiro e justiça racial**. Revista Videre, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 227–243, 2021. DOI: 10.30612/videre.v13i27.14416. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/14416>>. Acesso em: 13 fev. 2023

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, v. 17, p. 1-17, 1989.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Tramas femininas no cotidiano da escravidão**. Labrys: Études féministes, [S.L], jan/jul. 2004. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys5/textos/marilenabr.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800–1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.